

ACTA N.º 03 /07

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apreciação e Aprovação da 11ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007 – 2ª Revisão;

Ponto dois – Pedido de Autorização para Celebração de protocolo de Geminação/Cooperação com o Município do Tarrafal, Cabo verde;

Ponto três – Taxas a cobrar no Parque de Campismo de Vieira de Leiria;

Ponto quatro - Apreciação da Actividade Camarária

O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à sessão, pelos pedidos de substituição dos deputados do PS, Paulo Vicente que foi substituído pela deputada Lúcia Pedrosa; e da CDU, o deputado António Mendes foi substituído pelo deputado Albino Paulo.

Para coadjuvar nos trabalhos, solicitou à deputada da CDU, Alice Marques, que se juntasse à mesa, no lugar de 2ª secretária.

Fez referência ao correio recebido onde destacou uma carta do PCP sobre as taxas de recolha de lixo; uma carta de um deputado do PS sobre a constituição de contas públicas, processos de licenciamento, planeamento territorial e uma carta da ARS Centro (Administração Regional de Saúde do Centro) em resposta à carta que lhe enviou. Deu conhecimento que o correio estava à disposição dos deputados que o quisesse consultar.

Informou que a Câmara pretendia acrescentar um ponto à ordem de trabalhos: Taxas a cobrar no Parque de Campismo de Vieira de Leiria e caso algum deputado não concordasse o ponto não seria discutido.

Seguidamente informou que ia colocar duas actas à votação, fazendo uma rectificação à Acta nº 05 de 28 de Abril de 2006, na página 22 na votação dos documentos previsionais para o ano de 2006 em que são 9 abstenções e não 0 abstenções. Posto isto, foi aprovada por maioria, com 5 abstenções por ausência.

A acta nº 06 de 30 de Junho de 2006 foi aprovada por maioria com 3 abstenções por ausência.

Por fim, anunciou que se ia dar início ao período de antes da ordem do dia.

O deputado do BE, **José Rodrigues**, questionou o Presidente da Câmara, se tinha conhecimento do anuário das despesas e receitas apresentado em Lisboa acerca do Ranking das Câmaras devedoras, se poderia fazer uma análise do conteúdo do mesmo.

O deputado da CDU, **José Luís**, disse que ia fazer uma declaração política referindo que a concelhia do PS da Marinha Grande, numa recente conferência de imprensa acusou a Câmara de entravar a economia local e ser insensível ao desenvolvimento industrial, dando o exemplo do caso da Márvideos, fazendo um alarido e demagogia barata do dossier que estava a ser negociado pela autarquia, onde se procurava acautelar todos os interesses em causa: com os trabalhadores, o município, a banca e demais intervenientes. Ao contrário dos desejos do PS a nova empresa ia poder laborar, não

indo somar mais desempregados aos 2 mil postos de trabalho perdido na Marinha Grande em 12 anos de gestão do executivo do PS. Dado que estavam preocupados com o desenvolvimento industrial na Marinha Grande, porque razão não tomavam posição pública em defesa da expansão da zona industrial.

Realçou que a inauguração da A17 foi uma vergonha, só revelava prepotência, arrogância, vingança e discriminação para com a população do Concelho. Afirmou que depois de convidarem a autarquia para a inauguração, sem explicações e atabalhoadamente à última da hora retiraram o convite.

Disse que estavam a pagar caro pelo passado ao combate contra o fascismo, e hoje pela firmeza das posições em defesa das conquistas do 25 de Abril, em defesa do SAP 24 horas. Acrescentou que se vive um tempo de profunda preocupação, a greve geral de 30 de Maio constituiu uma das maiores jornadas de sempre dos trabalhadores portugueses a maior desde que o Governo PS está no Poder. A situação do país é insustentável o desemprego atinge hoje o valor mais alto dos últimos anos, a precariedade é uma praga social, mais de um milhão de trabalhadores que se encontram nesta situação, o custo de vida aumenta e crescem as desigualdades sociais. O país tem 2 milhões de pobres, destroem-se os serviços públicos para serem entregues aos grupos económicos e financeiros, deixando as populações ao abandono. Agora em nome da flexisegurança prepara-se a liberalização dos despedimentos sem justa causa, e a decisão arbitrária por parte do patronato sobre horários, vínculos, carreiras e remunerações.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, disse em resposta às provocações da bancada da CDU relativamente à Marividros, este processo iniciou-se em Outubro de 2006, e não ia transcrever a resposta da Câmara à empresa que comprou a Marividros porque não tinha autorização para tal, mas na verdade se estes investidores vão recuperar uma empresa é de enaltecer a solução encontrada.

Relativamente à inauguração da A17 como marinhense não ficou contente por não ter sido feita no Concelho da Marinha Grande.

Disse que era de lamentar que o Governo Central tivesse sido acusado pelo Sr. Presidente da Câmara na praça pública do município, que ia fechar escolas para abrir bares de alterne. Questionou se era com este tipo de afirmações que se pode ter uma boa relação institucional.

Relativamente ao SAP, o PS estava preocupado em criar boas condições de funcionamento de forma que os utentes possam ter bons cuidados de saúde, um bom serviço de atendimento, e que seja feita toda a reestruturação no sentido de se conseguir esses bons cuidados de saúde.

Apresentou um documento que questiona o que será do Concelho daqui a 10 anos, que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O deputado da CDU, **Fernando Alves**, disse que em relação à polémica que tem havido à volta do encerramento do SAP da Marinha Grande, há quem diga que vão mesmo fechar depois a comunicação social da Marinha Grande em artigos escritos por pessoas ligadas ao PS a dizer que não vão fechar que é manobra da CDU. Salientou que não concorda com a atitude que está para ser tomada pelo Governo.

Neste sentido, apresentou uma moção que será enviada ao Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro da Saúde, que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** informou que a moção estava à discussão.

O deputado do PS, **Osvaldo Castro**, informou que segundo instruções que lhe foram dadas pelo Presidente da ARS Centro a comissão de utentes vai ser recebida. Referiu que o Director esteve presente numa reunião na Marinha Grande com o Director Distrital de Saúde e com o Director do Centro de Saúde, e solicitou que fosse entregue até dia 15 de Julho o modelo organizativo da saúde na Marinha Grande, isto para acabar com as famosas listas de espera das pessoas que não têm consultas. Em relação a qualquer encerramento do serviço de atendimento permanente nada estava decidido, conforme carta que a Câmara recebeu. Realçou que nenhuma alteração ao funcionamento do centro de saúde será aplicada sem prévio conhecimento e comunicação ao Sr. Presidente da Câmara que deve ser ouvido sobre essa matéria.

Salientou que o centro de saúde na Marinha Grande não tem meios auxiliares de diagnósticos adequados. Se houver atendimentos até às 24 horas, domicílios para idosos semanalmente, colocação de uma ambulância do INEM, tudo se vai alterar. Referiu que o objectivo é haver alterações na área da eficiência, atendendo mais doentes, acabar com lista de espera e filas e durante a noite. Sugeriu para perguntarem aos farmacêuticos quantas pessoas vão às farmácias às 2h ou 3h da manhã, provavelmente são pessoas que não têm médico durante o dia e recorrem às urgências. Realçou que o que vai contar para a decisão são os resultados do estudo.

Relativamente à situação da zona industrial disse que ainda não estava em condições de ir à reunião do Secretário de Estado, porque há quem defenda que aquilo deve obedecer pelos montantes envolvidos a uma resolução de Conselho de Ministros, e quem defenda que deve ser sob a forma de protocolo como era inicialmente. De facto o problema já estava no gabinete do Secretário do Estado, e depois será elucidada a questão jurídica. Disse que surgiu um outro problema que eles têm dúvidas na discrepância que houve entre as duas avaliações no ano de 2001 e no ano de 2003. Informou a Assembleia que brevemente terão o problema resolvido.

O Presidente de Assembleia leu algumas frases da carta que recebeu que elucidam que o SAP vai encerrar. “A manutenção do SAP nos centros de saúde não contribui para essa desejada qualidade. Sejam realistas a resposta às situações de urgência deve ser dada em hospitais onde existem os equipamentos e recursos humanos necessários. Libertos do SAP os médicos passaram a ter disponibilidade para atender mais utentes, a rede de emergência e urgência está definida e introduzirá na prática uma melhoria na equidade territorial dos acessos aos serviços de urgência, um reforço dos meios do INEM e um funcionamento na linha do atendimento do serviço nacional de saúde recentemente assinada traduz mais apoio, segurança e saúde. A população da Marinha Grande dista menos de 15 minutos da urgência médica cirúrgica do Hospital Santo André em Leiria em percurso pela A8, é dos concelhos da região centro com melhor acessibilidades a um serviço de urgência”.

Informou que o Sr. Presidente da Câmara enviou um pedido de explicações ao Sr. Ministro da Saúde em 28 de Março sobre a notícia que surgiu na imprensa do encerramento do SAP. A comissão dos utentes enviou uma carta ao Primeiro-Ministro em 16 de Maio, com resposta que foi dada ao Sr. Presidente da Câmara a 22 de Maio. Neste sentido, foi marcada uma reunião para 11 de Julho às 9h30m, que vai ser transmitido à comissão dos utentes.

Referiu que ainda não viu por parte da comissão, nenhuma intenção de se galvanizar contra a manutenção ou não do serviço, quer é que seja de qualidade e mantido perante

as necessidades do concelho. Informou que já solicitaram uma data ao Sr. Ministro da Saúde para se entregar o abaixo-assinado do qual ainda não obtiveram resposta.

O deputado **Osvaldo Castro** referiu que o entendimento que o Sr. Presidente da Assembleia fez era possível, era uma carta genérica para um conjunto de candidaturas, depois adaptada à Marinha Grande. Informou que a comissão de utentes vai ser recebida pela ARS Centro e nada será decidido sem ser ouvido o Sr. Presidente da Câmara. Salientou que a questão fundamental não é se o SAP está encerrado das 24h às 8h, que até se aceitava se houvesse INEM, domicílio aos idosos, atendimento aos domingos de manhã, aos sábados todo o dia e aos feriados de manhã.

O **Presidente da Assembleia** interrompeu dizendo que já perceberam a ideia do deputado. Lembrou que estava em discussão uma moção e na parte deliberativa era um retomar das medidas que foram também propostas pela comissão de utentes. Neste sentido, leu o ponto 2 da moção em anexo nº 2 à presente acta.

O deputado da CDU, **Saul Fragata**, disse que o problema do SAP se inscreve em políticas de contenção, ecomomicismo e de favorecimento da privatização da saúde, alguns pensam que não há outro caminho a tomar, outros como ele pensam que há.

Disse que se verificava através da carta que o PS, contradição, faltando à verdade e fazendo só propaganda.

Disse que o documento alerta para o encerramento de tudo, para economizar, para maximizar o lucro de quem quer subjugar os pobres e os trabalhadores, e isto alguma vez tem que parar.

O deputado do PSD, **Pedro André**, disse que ficaram hoje a saber e bem elucidados através do deputado Osvaldo Castro que realmente a política de saúde deste Governo é a política do lusco-fusco. Em que os marinhenses que estejam em perigo de vida gastam 5 ou 7 minutos até ao hospital de Leiria, e não há necessidade de terem um serviço de atendimento permanente. Esquecendo que por vezes 1 ou 2 minutos é o suficiente para perder a vida, isto não é demagogia é a verdade, graças às políticas deste Governo. Na teoria e no estudo estava tudo certo, mas daqui a 10 anos a ambulância será a maior maternidade porque são muitas as mães que já não conseguem chegar às maternidades existentes. Mas nos estudos todos chegavam a tempo, mas já começaram a morrer pessoas por encerramento de unidades de saúde, partos nas ambulâncias. Isto é o resultado da política de saúde do PS.

O deputado **José Rodrigues** disse que este assunto era muito pertinente e importante para o concelho mas a sua posição é que não podem votar a favor esta moção porque tiveram acesso a ela no início desta Assembleia, e pela leitura da mesma uma das razões que o leva a não votar favoravelmente é a palavra “deduz” deduz-se que se vai fazer o encerramento e que a Assembleia deve “apoiar, sem recuos, todas as iniciativas” e não estava a ver quais as iniciativas a que se referia.

Dado que iria haver uma reunião a 11 de Julho, achava que na próxima Assembleia se pudesse discutir o assunto SAP com mais profundidade porque já havia mais dados que neste momento não tinham.

O deputado **Fernando Alves** disse não perceber a intervenção do deputado Osvaldo Castro e entende que as pessoas têm todo o direito em mudar de opinião, mas não

quando está em causa o bem-estar do povo da terra onde vivem e nasceram. Disse que tem muita consideração pelo deputado Osvaldo Castro, e na Assembleia tem tomado posições de alguma dignidade quando não está de acordo com a sua bancada. Disse que na sua opinião os SAPs que estão em funcionamento deveriam continuar, porque isto é só atitudes economicistas de poupar dinheiro. O défice está mau lança-se mais um Imposto, fecha-se mais um hospital, um posto de policia, assim é fácil poupar mas é preciso haver imaginação. Referiu que o deputado Osvaldo Castro disse que está muito satisfeito por os serviços de atendimento irem estar abertos até às 22h então e se às 22h e 1m aparecer um caso grave? Realçou que talvez aceitasse a atitude do Governo, se antes de fecharem os SAPs arranjassem as condições ideais que apregoam, e depois então fechassem.

O deputado **Telmo Ferraz** disse em resposta ao deputado Saul Fragata pela sua insinuação que o documento que o PS fez distribuir seria apoiado pelo Governo, disse-lhe que o PS não é Poder Local e o documento que estava em questão era pago com o contributo dos militantes do PS. Disse que em nome do PS não lhe admitia que insinue que são apoiados pelo Governo para fazerem comunicados do partido.

Relativamente à moção, iriam votar contra porque não defende os interesses da população e dos utentes.

Leu a ultima parte da carta: - nesta fase da reforma da saúde que se faz sentir com grande acuidade ao nível dos cuidados de saúde primários, rede de urgência e emergência com cuidados continuados e integrados. A ARS Centro reitera a sua total disponibilidade junto da autarquia e da população da Marinha Grande para continuar a ser o interlocutor desta reforma e explicar as mudanças que a mesma introduz. Da ARS Centro poderá o município ter a certeza de que nenhuma alteração ao actual funcionamento de saúde será aplicada sem prévio conhecimento e comunicação.

Salientou que o PS teve o cuidado de reunir com o Director local e regional da ARS para ter conhecimento do que se estava a passar.

O deputado **Osvaldo Castro** informou o deputado Saul Fragata que isto não estava nada decidido, ainda vai ser tudo discutido.

Em relação ao deputado Fernando Alves disse-lhe que o que lhe foi transmitido é que nenhuma atitude seria tomada sem que o conjunto de melhorias dos tais cuidados de saúde esteja implementado. Seria bom que o deputado não o confundisse com algumas atitudes de membros do PS, porque todos tem conhecimento da sua posição em relação a Vieira do Minho ou do Porto, é pela liberdade de expressão há muitos anos. Referiu que nos últimos tempos apercebeu-se que havia algumas dificuldades e procurou agir junto das pessoas que têm responsabilidade, conversou com o Presidente da ARS Centro e deu-lhe um conjunto de informações. Foi neste sentido que disse que a leitura que o Presidente da Assembleia fez em relação à carta era legítima, apenas estava a dizer que a interpretação era outra e por essa razão não era possível votarem a favor da moção, estando completamente de acordo com o BE que diz que as coisas não se apresentam assim de qualquer maneira, e o que a moção quer dizer é que o SAP vai fechar. Realçou mais uma vez que se o SAP por acaso fechasse, era evidente que implicava um conjunto de melhorias e antes disso seria ouvido o Presidente da Câmara.

Dado que não havia mais inscrições o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a moção resultando a sua aprovação por maioria com 10 votos contra, 12 a favor e 1 abstenção.

O deputado **Oswaldo Castro** em declaração de voto disse que a moção no seu ponto de vista parte de pressupostos que não estão correctos, e foi segundo as informações que lhe foram dadas pelo Presidente da ARS Centro que os levou a votar contra.

O **Presidente da Assembleia** anunciou que havia um pedido da Câmara para introduzir um ponto na ordem de trabalhos “Taxas a cobrar no parque de campismo de Vieira de Leiria” que tem as taxas propostas para este ano iguais às que foram cobradas no ano passado e as que são cobradas no parque de campismo do Pedrógão. Questionou os deputados se estavam de acordo em que se discutisse esse ponto.

O deputado **Aníbal Curto** disse que poderá manifestar a sua opinião depois de saber quando e como a Câmara pretende abrir o parque de campismo.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que só estava a pedir se aceitavam ou não discutir o ponto.

Dado que todos os deputados aceitaram, iria ser introduzido o 3º ponto e o ponto três passaria para o 4º ponto.

Posto isto, passou ao 1º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO UM – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA 11ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007- 2ª REVISÃO

O **Presidente da Câmara** disse que não lhe parece que este ponto necessite de uma grande introdução porque a documentação, por si é suficientemente explicativa. Todavia disse que a justificação que apresentam para este documento foi a necessidade que houve por imposição legal de introduzir o saldo que transitou do exercício anterior para este e a distribuição que se fez dessa verba, são as alterações efectuadas que decorrem de propostas dos serviços camarários e que visam ajustar a execução dos documentos previsionais de 2007 aprovados pela Assembleia Municipal ao ponto da situação actual da execução dos projectos. Assim no que respeita à divisão dos edifícios e equipamentos municipais da Câmara, as alterações visam o reforço de acções que respeitam as grandes reparações em edifícios escolares e habitação social, sendo que são retiradas verbas de acções cujo a execução já foi concluída ou que a mesma não poderá ser executada em 2007. Assim são reforçadas as acções do PPI relativas ao complexo da Pedrolheira, para a aquisição de equipamento para as escolas do concelho, a remodelação dos blocos LM, das casas velhas do Camarnal, a grande reparação do mercado da praia da Vieira e o centro empresarial. No que respeita ao centro empresarial este reforço recorre da necessidade de se efectuar um novo procedimento do concurso que dará início a uma nova empreitada, considerando que foram provocados danos no edifício na sequência do roubo de material eléctrico e outro. A verba que se destina será o necessário para a realização destas obras que rondam os 400 mil euros, o que faz com que a mesma se arraste para o ano 2008. Daí que também tenha sido considerada dotação para os anos seguintes de modo a acautelar esta situação.

Relativamente às obras da divisão de vias e infra-estruturas municipais, são efectuados os reforços na rede viária, rede de esgotos e rede de abastecimento de água. É importante salientar os reforços na travessa da rua dos Poços, rua da Sociedade de

Beneficência e Recreio 1º de Janeiro e obras de pavimentação diversas. Referiu que a acção nesta rua estava com uma dotação não definida sendo que de acordo com as instruções recebidas pelo executivo, concluíram que afinal tinham condições para a executar e deram instruções nesse sentido. Esta obra poderá ter início de execução em 2007, sendo transitada para 2008, daí que a dotação inicial inserida como não definida seja retirada, e sejam reforçados 100 mil euros, e que no ano seguinte a 2008 seja inscritos 390 mil euros. De acordo com a informação desta divisão foi ainda solicitada a inscrição em anos seguintes no montante de 700 mil euros para a realização da obra da rua do Repouso. No que respeita ao plano de actividades as alterações efectuadas visam reforçar acções como o dia mundial da juventude, retirando verbas que não são necessárias em acções totalmente executadas como por exemplo o 25 de Abril em que pouparam mais do que o que previsionaram com base nas despesas dos anos anteriores. Considerando o aumento que se tem verificado nas taxas de juros, foi reforçada a dotação desta despesa de modo a assegurar que até ao final de 2007 a dotação orçamental era suficiente para se proceder ao pagamento dos juros dos empréstimos já contratualizados pelo município.

Em relação à Simlis foi retirada a verba que se deveria pagar por conta da tarifa de tratamento da ETAR da Vieira, tendo sido reforçada a acção de transporte dos efluentes efectuados pela Simlis. Considerando ainda que existem acções que se encontram totalmente executadas, ou as adjudicações dos serviços que foram efectuados a um preço inferior ao inicialmente orçamentado.

Em resposta ao deputado Telmo Ferraz sobre o Ranking disse que foi através da comunicação social que teve conhecimento e que não constava lá a Câmara da Marinha Grande mas que irá aprofundar essa notícia.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que naturalmente não iam votar contra a esta solicitação da Câmara, e também não iam votar favoravelmente, mas contrariamente ao que a CDU dizia no passado, consideram que isto é um acto de gestão perfeitamente compreensível, é um saldo de gerência que tem que ser colocado em orçamento. Sugeriu que estes documentos sejam entregues em reunião de Câmara com tempo útil para que os vereadores os possam entender, compreender e votar, e que a explicação que acabou de dar deste documento seria de bom-tom se fosse dada atempadamente aos membros da Assembleia porque assim seria mais fácil. Sabendo que o saldo de gerência tem que entrar em orçamento também ficariam a saber melhor qual o tipo de aplicação a que esse saldo era direccionado.

O deputado do PS, **João Cruz**, registou que apesar deste documento ser de mera gestão, pela prática traduz algumas opções sendo que se destina apenas à introdução do saldo de gerência, é verdade que o saldo de 1 milhão 223 mil euros passa por anulação de um valor de participação comunitária e depois esse valor é aplicado. Opinou que quando o orçamento é apresentado a esta Assembleia e aprovado pela Câmara, deveria contemplar todas as despesas correntes, e o saldo de gerência fosse para reforçar exclusivamente investimento e não reforçar despesa corrente.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu o deputado que as despesas correntes estão abaixo daquilo que estava previsto.

Posto isto, colocou à votação o 1º ponto da ordem de trabalhos, resultando a sua aprovação por maioria, com **13** votos a favor, **0** contra e **10** abstenções.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária e documentos anexos relativos à 11ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais, que se dão aqui por integralmente reproduzidos e que ficam anexos a esta aprovação em minuta, constituindo o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, para discussão e aprovação.

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação e nos termos do disposto na alínea b) do n.º2 do art. 53.º da Lei n. 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os mesmos são aprovados por maioria, com 13 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

PONTO DOIS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO/COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DO TARRAFAL, CABO VERDE

O deputado **José Luís** disse que esta geminação era bastante interessante, representa uma certa solidariedade, amizade e cooperação entre dois povos, que se cruzaram numa luta comum contra o fascismo e o colonialismo. Salientou que essa geminação tem que resultar no intercâmbio efectivo de compactar interesses para a juventude e para os dois povos. Havendo uma certa ligação histórica feita com o município do Tarrafal e com o da Marinha Grande. Disse que da sua parte acolhe com admiração esta geminação e deseja que alcance os êxitos que todos pretendem para bem dos dois povos, resultante da amizade e solidariedade.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que ia votar favoravelmente esta geminação, com os pressupostos principais de contribuir para o aprofundamento e relação entre os dois povos, Marinha Grande e Tarrafal, porque se fosse unicamente por motivações que levaram alguns portugueses presos a ocuparem aquele espaço evidentemente isso levá-lo-ia à conclusão que também teriam que fazer geminações com Peniche, Aljube, etc. Opinou que quando há uma geminação a ser feita há motivações históricas, mas mais do que isso é a necessidade de contribuir para a evolução cultural e do conhecimento dos povos que habitam o Tarrafal e a Marinha Grande, e até haver um sentido cooperante daqueles que estão mais desenvolvidos neste caso. O Concelho da Marinha Grande e o Tarrafal tem ainda um desenvolvimento incipiente, deve-se criar formas de cooperação que possam ajudar aqueles povos a viver melhor e enfrentar as dificuldades da própria vida. Referiu que se esta geminação for com este sentido ficam satisfeitos, se for única e exclusivamente porque alguns marinhenses estiveram presos durante o período fascista no Tarrafal, naturalmente que isso se esgota numa história do passado e não projecta o futuro dos dois povos que é isso que interessa fundamentalmente.

O **Presidente da Assembleia** lembrou que teve o prazer de conviver durante um dia e meio com o Sr. Presidente da Câmara do Tarrafal, parece uma pessoa extremamente actual, moderna e democrática. Esclareceu o deputado Telmo Ferraz que entendeu o que ele queria dizer, mas há-de haver um ponto histórico em que se encontraram com o Tarrafal, foi quando os presos marinhenses estiveram lá, e isso é base para lançar naturalmente esta geminação.

O **Presidente da Câmara** informou que esta geminação partiu até da parte dos municípios com quem já estão geminados há muitos anos. Agarraram esta iniciativa porque acham que tem interesse cultural a explorar, e que vai satisfazer a população marinhense descendente de indivíduos que foram castigados injustamente no Tarrafal. Salientou que mesmo que fosse só por essa razão, ele próprio se sentia muito satisfeito e honrado se o município da Marinha Grande concluísse esta geminação. Na sua opinião a maioria da população da Marinha Grande sente-se honrada com esta geminação, que dirá muito mais à maior parte dos trabalhadores, do que em relação a outras geminações que já têm. Disse que não podem projectar o futuro se não respeitarem a história e não a conhecerem. Achando estanha a posição do deputado do Telmo Ferraz disse para ele ficar descansado que o que vai acontecer é proporcionar às gerações que estão agora a entrar no activo, as melhores condições para se relacionarem em termos culturais e outros que se venham a detectar úteis às duas populações dos municípios da Marinha Grande e do Tarrafal. Frisou que esta geminação tem muito a ver com a história dos marinhenses, com a actual situação económica em que vive a Marinha Grande e até o próprio país tem algo a ver com esta situação.

O deputado **Telmo Ferraz** esclareceu o Presidente que o que disse foi se a motivação fosse só o sentido histórico porque alguns marinhenses estiveram presos durante o fascismo no Tarrafal, se calhar também se teria que fazer uma geminação por exemplo com Peniche. Porque para além da história que é um elemento também importante não deve ser esgotado só nesse elemento todo o desenvolvimento da geminação, deve contribuir para uma grande comparação entre o município da Marinha Grande e o do Tarrafal e suas gentes, tendo em consideração que o desenvolvimento da Marinha Grande é naturalmente maior que o desenvolvimento actual do Tarrafal, e se possa contribuir também para o seu desenvolvimento. Em suma que a geminação sirva não só como elemento histórico, mas muito mais na questão de aprofundamento e melhoria das condições de vida nomeadamente das pessoas do Tarrafal que têm dificuldades neste momento.

Findas as intervenções e presente deliberação da Câmara Municipal de 14 de Junho de 2006, com a epígrafe “PROPOSTA DE GEMINAÇÃO/COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DO TARRAFAL, EM CABO VERDE”, cujo assunto constitui o 2º ponto da Ordem do Dia, e que a seguir se passa a transcrever:

“Presente uma informação do Gabinete de Relações Institucionais e de Cooperação, propondo a formalização de um protocolo de geminação/cooperação entre os Municípios da Marinha Grande e do Tarrafal, em Cabo Verde e que fica a fazer parte integrante da presente deliberação e apensa à acta.

Nesta informação, que surge em cumprimento de instruções do Sr. Presidente, levadas

ao conhecimento da Câmara Municipal na reunião que se realizou no dia 08-02-2007, e após realização dos primeiros contactos com as autoridades locais do Município do Tarrafal, são apresentadas razões de carácter histórico, cultural e linguístico e, no caso particular da Marinha Grande, razões que se prendem com o seu passado de resistência à opressão e com os exemplos de heroicidade demonstrados pelos operários vidreiros, aquando da revolta de 18 de Janeiro de 1934, justificativas da proposta de geminação.

Presentes, ainda, proposta de minuta do Protocolo a celebrar entre os dois municípios, bem como proposta apresentada pelo município do Tarrafal, com vista à elaboração do texto definitivo do Protocolo de Geminação/Cooperação a celebrar.

A Câmara Municipal, em face da informação apresentada e porque se identifica integralmente com as motivações que a fundamentam, delibera, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, concordar com a proposta apresentada, com vista à formalização de um protocolo de geminação/cooperação entre os Municípios da Marinha Grande e do Tarrafal, em Cabo Verde e, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 4 do art.º 53.º do mesmo diploma legal, solicitar a competente autorização da Assembleia Municipal. ”

A Assembleia Municipal, após analisar a proposta da Câmara Municipal e todos os documentos que a acompanham, por concordar com a mesma, delibera, nos termos do artigo 53.º, n.º 4, alínea d) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a proceder à formalização de um protocolo de geminação/cooperação com o Município do Tarrafal, em Cabo Verde.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

PONTO TRÊS – TAXAS A COBRAR NO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA

O **Presidente da Câmara** agradeceu aos deputados a amabilidade de proporcionarem que este ponto fosse introduzido na ordem de trabalhos para discussão. Referiu que desenvolveram esforços para adjudicar a exploração do parque de campismo, mas é muito exigente e demora o seu tempo. Havendo burocracias a cumprir a única saída, era abandonar a exploração este ano, ou assumi-la por conta própria face aos pedidos dos habituais utilizadores do parque. Resolveram assumir a segunda hipótese, só que quando já tinham tudo em marcha não havia tabela de taxas. Eram necessárias porque têm uma redução em relação ao que tem vindo a acontecer, por outro lado era melhor o parque aberto mesmo sem oferecer as melhores condições do que estar fechado. “Por essa razão

resolvemos colocar este problema aos deputados e pedir a vossa benevolência por não termos sido capazes de atempadamente tratar deste assunto”.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que compreendiam que não pôr o parque de campismo da Vieira de Leiria a funcionar seria mau para todos, principalmente para os habituais utentes, não esquecendo que também tinha carácter político. Solicitou à Câmara que trouxesse à Assembleia Municipal as contas relativas à exploração do parque de campismo no ano passado. Dado que passou um ano e se enquadra na intervenção que fez, não compreendia como é que um ano depois com a época balnear já aberta ainda estejam a tratar deste assunto. Disse que apesar desta questão revelar incompetência por parte da Câmara, neste caso particular não iam votar contra porque sabiam que era importante que o parque continuasse aberto. Mas também era importante saber quem ia tomar conta, em que condições e com que tipo de segurança.

O deputado **Fernando Alves** disse que tendo em atenção os preços praticados já há muitos anos, acha que são razoáveis. Mas todos os preços são muito caros, tendo em atenção as más condições. Recomendou que rapidamente se fizesse um novo parque mais pequeno, ou então se repare aquele com uma intervenção profunda, dando alguma dignidade ao espaço. Realçou que o executivo PS andou 12 anos a prometer parques, a indicar verbas nos orçamentos para o novo parque, e agora parece que a CDU vai pelo mesmo caminho. Salientou que não gostaria que daqui a dois anos o deputado Telmo Ferraz acusasse a CDU de também não ter feito nada. Relativamente à abertura do parque uma vez que estava decidido ia votar favoravelmente.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, disse que a questão do parque de campismo era realmente uma barracada, dado que o Presidente da Câmara pediu benevolência nas críticas porque de facto tinha a consciência que este assunto foi tratado abarracadamente e merecia melhor tratamento até porque já havia a experiência do ano passado. Referiu que a Câmara Municipal não obstante a pior das experiências, deixou chegar ao início do Verão com esta situação por resolver. Apelou para que a Câmara tivesse mais cuidado e começasse a trabalhar mais cedo em relação ao ano seguinte. Disse tratando-se de um regulamento, tinha sérias dúvidas que pudesse ser feito com toda esta simplicidade. Salientou que havia legislação recente sobre esta matéria, que carece de publicação em editais para que possa ser aplicada. Questionou quem ia liderar o funcionamento do parque e se tinha formação para isso. Disse que gostaria de saber como ficaram as contas do ano passado em relação ao parque de campismo.

O deputado **Saul Fragata** começou por dizer que com mais ou menos barraca parece que toda a gente se sente mais confortável se o parque abrir. Disse que não era verdade que só o ano passado é que foi o pior ano de todos porque os anos anteriores também o foram.

Provavelmente esta situação estava resolvida se aquela tirada de predestinado que é o Sr. Armando Constâncio teve na Assembleia a propósito de uma modificação orçamental, em que votaram contra, ele conseguiu instrumentalizar o povo da praia da Vieira e fez-se o que a consciência mandava como políticos experimentados, e no ano seguinte o parque de campismo estava orçamentado com 25€.

O deputado **João Cruz** disse que concordava com a posição do deputado Fernando Alves, quando disse que os preços são altos para um parque sem condições, e o que a

Câmara deveria fazer nesta matéria, estando numa zona nobre da Vieira, era começar a pensar em lotear, vender, e comprar terreno com outras condições dentro de uma zona florestal, e aí construir um parque de campismo de raiz, e até eventualmente a custo zero, não onerando os munícipes com esta situação. Salientou que não foi por acaso que o concurso ficou deserto, mesmo com esta alteração os preços são bastante caros, por exemplo para uma família de 2 adultos com 2 filhos, um cão, um carro e a electricidade.

O **Presidente da Câmara** dirigiu-se ao deputado Rui Rodrigues, dizendo-lhe que ele quis fazer passar a mensagem que esta Câmara era incompetente por ter trazido à Assembleia este problema com toda a honestidade e toda a determinação em gerir bem estas questões, mas não ia conseguir. Disse ter havido contactos para a Câmara de pretendentes para arrendar o parque e isto era uma herança podre como já foi demonstrado pelos 12 anos de mandato do PS e agora querem fazer passar a mensagem que a gestão do parque no ano passado foi a mais danosa para a Câmara e para a população do concelho da Marinha Grande. Realçou que as gestões anteriores do parque de campismo deram prejuízo, originaram corrupção na sua entrega para exploração, fazendo com que a Câmara tivesse que pagar luz, água e outras despesas por conta dos gastos feitos pela pessoa a quem entregaram a exploração do parque. Esta Câmara apesar de não ter recebido ainda a totalidade do preço pelo qual foi adjudicado, já recebeu algum e não teve que pagar nada. Os deputados do PS querem fazer passar esta ideia, mas ela não é verdadeira, podem vir à Câmara fazer as pesquisas que quiserem. Afirmou que os deputados do PS nunca controlaram a gestão do parque, permitiram uma gestão danosa que deu prejuízo à população da Marinha Grande e nem sequer levantaram esse problema aqui na Assembleia.

Disse que se isto era uma barracada era o deputado que a estava a fazer porque não tomou as devidas medidas como autarca na altura que devia ter tomado.

Relativamente ao deputado João Cruz, lamentava que só agora ao fim de 13 anos tenha vindo dar sugestões, informou-o que essas medidas já estavam em marcha.

O deputado **João Cruz** disse que as intervenções que se fazem na Assembleia Municipal podem não agradar ao Sr. Presidente da Câmara mas que são feitas com alguma educação contrariamente às que o Sr. Presidente faz.

O **Presidente da Câmara** interveio para dizer ao deputado que é educado para quem merece, mas quando o provocam é menos atencioso para com essas pessoas.

O deputado **João Cruz** questionou o Presidente da Câmara em que medida uma intervenção na Assembleia Municipal dizendo o que entende e que medidas deveriam ser tomadas ou que a Câmara deveria equacionar a hipótese de rentabilizar aquele terreno que não tem condições para parque de campismo, e com essa verba adquirir outro espaço e construir aí um parque novo. “Se o Sr. Presidente entende que isto é uma provocação fique sabendo que irei fazer todas as intervenções que sejam para a defesa dos interesses da Marinha Grande”.

O deputado **Aníbal Curto** registou que o deputado Saul Fragata durante estes 12 anos disse que não havia parque de campismo em Vieira de Leiria porque, o que lá estava não era um parque, hoje para o deputado já é um parque de campismo.

O deputado da CDU, **Albino Paulo**, disse que quando foi vereador fez obras naquele parque de campismo para o tornar minimamente aceitável, mas preparou também rapidamente a sua substituição. Referiu que o Sr. Eng. Amaral prometeu um terreno e em 1986 pela voz do Eng. Eliseu responsável pelas matas, e por pressão do PS foi escolhido um terreno a Sul da praia da Vieira para dar resposta aos interesses de alguns elementos da praia, de qualquer maneira aquele terreno não dava para implementação do parque de campismo. Salientou que já em 1979 havia um plano para a construção de um parque de campismo do lado de lá do rio, com 10 hectares, com uma ponte a 150 m do mar, piscinas, uma casa de férias para a juventude e que o rio era aproveitado para fazer canoagem, remo e vela e com estes valores a praia da Vieira de Leiria já não precisava praticamente de mais nada. Opinou que o local ideal para o parque de campismo ser implantado seria do lado de lá do rio. Disse que esperava que a Câmara tivesse a humildade de englobar no estudo tudo o que foi dito.

O deputado **Telmo Ferraz** lembrou o Presidente da Câmara que a actividade e competência da Assembleia Municipal visa uma participação activa e democrática dos representantes eleitos do concelho, designados como deputados municipais, com vista à defesa dos interesses próprios do município e da sua população. Realçou que o órgão fiscalizador da actividade da Câmara era a Assembleia Municipal, não era propriamente a Câmara Municipal que fiscaliza a actividade da Assembleia, e o Sr. Presidente da Câmara fez afirmações relativamente a procedimentos anteriores que naturalmente se os fez, terá elementos que comprovem essas afirmações desde corrupção e compadrio. Solicitou à mesa em forma de Requerimento para que a Câmara Municipal apresentasse à Assembleia Municipal todos os elementos que tenha em seu poder para confirmar tudo aquilo que disse o Sr. Presidente, e que este pedido incida na gestão do parque de campismo feita no ano passado e também a forma como vai decorrer este ano. Referiu que o sentido de voto não poderá ser de aprovação mas também não é de rejeição, apenas querem que o parque funcione bem, tenha segurança e tudo de mau que se fizer este ano possa servir de exemplo para o próximo ano.

O **Presidente da Câmara** agradeceu a condescendência que proporcionou este 3º ponto da ordem de trabalho. Salientou que poderia não o ter trazido à Assembleia Municipal e fazer funcionar na mesma o parque de campismo, porque já havia uma tabela aprovada, esta era apenas uma alteração e já suspeitavam que isto fosse gerar alguma crítica e mesmo assim sujeitara-se a isso dentro da honestidade. Salientou que não admitem nem aceitam é que estejam a querer arremessar situações menos correctas das quais não são autores, quando foi no anterior executivo que tudo se passou.

O **Presidente da Assembleia** disse que não sabe se tudo isto está dentro do formalismo legal para aprovar a proposta ou se tem que obedecer a uma minuta.

O **Presidente da Câmara** informou que trouxe a proposta para melhorar a gestão, actualizando os preços e sujeitando-se às críticas mas caso a Assembleia Municipal não aceitasse poderiam retirar o ponto.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que se do ponto de vista jurídico a Câmara entender que tem que ser aprovado em minuta, irá solicitar aos deputados que permitam que a Câmara faça uma e que a aprovem em Assembleia Municipal.

Posto isto, colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria com **13** votos a favor, **0** contra e **10** abstenções.

Informou que estava aprovado por unanimidade a autorização para fazer uma minuta.

Presente deliberação da Câmara Municipal datada de 28 de Junho de 2007, com o título **“TAXAS A COBRAR NO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA”**, cujo assunto constitui o terceiro ponto da Ordem do Dia, e que a seguir se passa a transcrever:

“Considerando que é da sua competência, sob proposta da Câmara “Aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa;” e “Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos;” conforme preceituam as alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Assembleia Municipal delibera aprovar as alterações aos artigos 37º e 38.º, Secção I, do Capítulo XIII da Tabela de Taxas e Licenças do “Regulamento de Taxas a Cobrar pela Câmara Municipal da Marinha Grande:

***Parque de Campismo da Vieira de
Leiria***

<i>Proposta de preços por dia</i>	<i>Preço</i>
<i>Adultos</i>	<i>2,50 €</i>
<i>Crianças até 6 anos</i>	<i>0,00 €</i>
<i>Crianças dos 6 aos 10 anos</i>	<i>1,20 €</i>
<i>Visitantes com mais de 10 anos</i>	<i>1,50 €</i>
<i>Tenda até 4m2</i>	<i>2,00 €</i>
<i>Tenda de 4 a 12m2</i>	<i>2,50 €</i>
<i>Tenda de 12 a 25m2</i>	<i>3,00 €</i>
<i>Atrelado</i>	<i>1,70 €</i>
<i>Autocaravana</i>	<i>4,00 €</i>
<i>Roulotte/Caravana</i>	<i>3,50 €</i>
<i>Automóvel</i>	<i>2,20 €</i>
<i>Moto</i>	<i>1,50 €</i>
<i>Electricidade 6 amp. Por tenda</i>	<i>2,20 €</i>
<i>Electricidade 16 amp.por tenda</i>	<i>3,00 €</i>

As presentes Alterações entram em vigor após publicação em edital a afixar nos lugares de estilo.

Esta deliberação foi tomada por maioria com 13 votos a favor, 0 voto contra e 10 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 5 à presente acta.

PONTO QUATRO – APRECIACÃO DA ACTIVIDADE CAMARÁRIA

O deputado **Fernando Alves** colocou o problema do parque de táxis em frente ao Atrium, que tem um táxi de vez em quando, estando quase sempre vazio e vai ocasionando multas. Questionou se esse problema já estava resolvido.

Solicitou que a vedação do estádio municipal estava a cair aos bocados era urgente a sua reparação. Sugeriu que pusessem de imediato umas escoras ao longo de todo o muro.

Chamou a atenção para a necessidade de ajardinamento do parque da cerca.

O deputado **José Rodrigues** informou que já foi abordado por vários moradores do Casal Galego em relação a um problema a nível da conduta de água. Dado que os moradores acham que se a conduta rebenta, depois a sua reparação vai originar que os serviços técnicos da Câmara fechem a água no entroncamento da rua da esperança com a rua do repouso deixando assim uma dúzia de casas sem água. A sugestão que fez foi se era possível fechar a água a 100m mais à frente, na zona do pinhal para não transtornar os moradores dessa zona habitacional.

Questionou quando ia ser removido o autocarro do local onde estava.

Referiu qual a probabilidade da alteração da pavimentação da rua 25 de Abril em Vieira de Leiria e se não tinha direito a passeios atendendo ao ano europeu da igualdade de oportunidades para todos. Dado que nesta rua moram munícipes de cadeiras de rodas e não conseguem sequer ir ao jardim próximo da casa onde moram, circulam crianças que vão para a escola, passam camiões, etc. Informou que também havia um muro com 3m de altura, sem sinalização e todos os dias batem lá carros.

Solicitou que aquela rua fosse incluída no orçamento para que a tornassem de sentido único.

O deputado **Pedro Silva** questionou a Câmara do que pensa fazer em relação aos topos do parque da cerca que ficaram por ajardinar.

Disse que teve acesso ao plano estratégico de abastecimento de água e saneamento de águas residuais 2007-2013 que está enquadrado no âmbito dos fundos comunitários e que tiveram conhecimento que a Câmara foi à apresentação deste plano estratégico. Opinou que a Câmara estava a perder a oportunidade de resolver de vez a questão do saneamento. Disse que a questão da Simlis não era uma implicação do PSD era sim uma questão muito séria e muito importante, e estava a ser tratada com muita ligeireza por parte deste executivo. Referiu que o plano estratégico diz que havendo sistemas integrados para conseguir economias de escala estes são sempre os sistemas preferenciais. O que se depreende deste executivo é que a Câmara tendo um sistema integrado à sua porta, mesmo assim acha que deve ter um sistema próprio.

Relativamente aos sistemas próprios diz que os sistemas municipais se mantêm autonomizados sempre que as autarquias assim o entendam, sendo geridos a nível municipal e inter municipal ou atribuídos em regime de concessão. Os municípios que optem por esta solução não devem no entanto serem dispensados da prestação de serviços com a qualidade apropriada e em prazo razoável em princípio os mesmos das empresas multimunicipais a que poderiam ter aderido.

A Câmara ter um sistema não integrado, sempre que justificado nomeadamente em zonas rurais ajudando a resolver os diversos problemas então aceite a existência de sistemas não integrados.

Salientou que são considerados sistemas prioritários para financiamento pelos fundos os projectos que demonstrem permitir níveis adequados de integração das funções técnicas, e que permitam geração de economias de escala sob a forma de projectos supramunicipais.

Informou que se fez um levantamento aos preços de 2004 sobre os custos médios quer do abastecimento de água quer do saneamento: No caso de abastecimento de água anda entre os 0,28€ e 0,49€ m³, em águas residuais entre 0,26€ e 0,49€m³, a Marinha Grande em saneamento paga hoje 0,27m³ está no limite inferior do custo, mas em abastecimento de água 0,59€m³ portanto são 20% mais caros do que o valor mais alto. Realçou que a Marinha Grande tem supostamente um sistema próprio com captações, reservas inesgotáveis de água e um custo unitário de 20% mais caro. Informou que o PSD era contra os sistemas próprios e o argumento do custo não estava demonstrado qual era, e que teriam que esperar 20 ou 30 anos por uma rede de saneamento quando a podem ter em 4 ou 5 anos com fundos comunitários. Salientou que não podem aceitar mais investimentos em sistemas próprios. Dado que segundo os levantamentos são necessários mais de 100 km de saneamento a fazer na Marinha Grande. Apelou à Câmara que analise esta questão, porque todos os outros concelhos que aderiram à Simlis vão ter saneamento, e a Câmara da Marinha Grande está a fazer 1 ou 2 Km de vez em quando.

O deputado **João Cruz** disse que relativamente ao requerimento que fez de uma viagem do Vereador Artur Oliveira à Holanda, se congratulava com a resposta porque era esclarecedora.

Quanto à divisão do licenciamento de obras particulares, regista que a informação vem completa, à uma nítida recuperação do atraso em relação aos processos, e já estão a proceder à informatização. Questionou a Câmara para quando terá essa base de dados completa, quando estará em funcionamento de maneira a saberem quantos processos estão dentro do sistema e quantos estão a sair.

No respeitante à questão financeira do município referiu que as despesas de capital previstas em orçamento para 2007 era de 14 milhões 735 mil euros, nas despesas de capital executadas até Maio de 2007 estavam 783 mil euros.

Questionou a Câmara do que faltava fazer até ao fim do ano em relação a esta rubrica que foi orçamentada

Relativamente ao resumo diário da tesouraria registou em depósitos à ordem e depósitos a prazo um total de 3 milhões 347 mil 457 euros em disponibilidades, e se a Câmara paga-se as facturas que estavam em débito ainda ficava com 1 milhão 902 mil e 7 euros em tesouraria.

Referiu que os requerimentos que fez na última Assembleia foi sobre a incompatibilidade da sua esposa ser chefe de divisão financeira da Câmara Municipal e ele ser deputado municipal. Questionou o Presidente da Assembleia se o requerimento foi dirigido à CCDRC, e o outro sobre uma intervenção que o Presidente da Câmara teve dizendo que ele estava em situação ilegal enquanto prestou serviço ao município em simultâneo como deputado municipal, que pediu para que fosse lido nesta Assembleia.

Por fim, questionou a Câmara para quando a aprovação ou não da proposta da extinção da TUMG.

Questionou que projectos até ao momento foram apresentados à Associação para levar ao financiamento QREN.

Referiu que se a sua intervenção parece professoral e que não vem ensinar nada a ninguém, uns aprenderam a falar em publico em comícios e fazem uma intervenção como se estivessem num comício político, outros aprenderem a falar em publico e numa sala de aulas e fazem a sua intervenção dessa forma.

O **Presidente Assembleia** informou o deputado que o seu requerimento foi enviado para a CCDRC. Relativamente ao outro não sabe em que ponto está nem sequer se há algum requerimento sobre isso.

O deputado **João Cruz** interveio para dizer que juntou a esse requerimento o parecer da CCDRC, que diz claramente que não é ilegal para um deputado que está a prestar serviço de acessória a uma Câmara e simultâneo seja deputado municipal, e que solicitava para ser lido em Assembleia e esclarecer o Sr. Presidente da Câmara. Dado que disse em Assembleia Municipal que ele estaria numa situação ilegal.

O **Presidente da Assembleia** disse que o irá ler na próxima Assembleia Municipal.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que mesmo não estando em plano de actividades o trabalho que foi feito na entrada de S. Pedro de Moel dignificou aquela praia.

Referiu que os postes na pista Atlântica deveriam ser recolocados porque cada vez havia menos.

Dados os vários problemas para que a obra do Vale de São Pedro não fosse executada, sugeriu que primeiro se resolvesse os eventuais conflitos.

Relativamente à zona industrial e a alguns impedimentos que têm vindo da parte da Câmara a solicitações de alguns investidores, reconhece que há um regulamento e que tem que ser cumprido, terá de haver uma grande dose de bom senso para que se ultrapassem os impedimentos. Disse que foi convocado pelo vereador Artur de Oliveira em representação do PS para uma reunião sobre uma atitude de gestão da Câmara, e pessoalmente disse que a sugestão era muito boa, tinha algum sentido na harmonia da paisagem, mas que sabia que isso não ia levar a lado nenhum, porque o que tem mais espaço ocupado considera-se dono dele e não iria mexer naquilo. Naquela reunião disse ao Sr. Vereador que no mínimo a Câmara devia dar o exemplo, referindo-se aos cartazes que ainda estavam pelas ruas alguns dentro do passeio a estorvar. Particularmente a CDU devia ter consciência que teria de encontrar outras soluções.

O deputado **Rui Rodrigues** disse que houve alterações ao trânsito na zona da Comeira a seguir ao túnel do Santos Barosa, houve grandes investimentos em sinalização e parece que havia moradores que não estavam satisfeitos com as alterações que estavam a criar algumas complicações. Recebeu um documento que depois entregará ao Presidente da Assembleia que se prende com as alterações ao trânsito naquela zona. Opinou que a sinalização, não estava nos locais mais adequados.

O deputado **José Luís** em resposta ao deputado Telmo Ferraz disse que têm estruturas amovíveis que só são colocadas quando há necessidade de fixar propaganda e a fixação de propaganda politica é uma liberdade constitucional que está consagrada e portanto ou a Câmara arranjava espaços para as forças politicas, colocarem painéis ou então cada força politica faz como costuma fazer porque tem todo o direito de poder fixar o seu material de propaganda. Relativamente aos ferros que estão na praia da Vieira na rotunda do vidroiro, estão lá há dois anos e servem para afixar tudo, neste caso a Câmara

tem toda a autoridade para os retirar e debitar. Em relação às estruturas amovíveis estão colocadas com material da festa do avante e provavelmente a seguir vão ser recolhidas.

O deputado **Telmo Ferraz** em direito de resposta disse que na reunião que teve com a Câmara disse que sob sua responsabilidade podiam retirar-las e ficarem em posse da Câmara porque deve pagar o trabalho. Salientou que a Câmara tem toda a razão para tomar aquela atitude, porque existem placares em locais que não permitem boa visibilidade de trânsito.

O deputado **Saul Fragata** referiu que as propagandas que privilegiam para as campanhas eleitorais depois são guardadas, mas as motivações dos deputados Telmo Ferraz, Rui Rodrigues e Osvaldo Castro são outras, eles sabem que a CDU não tem o jornal da Marinha Grande como eles têm, e particularmente nos últimos dois anos, coincidindo ou não com a questão do Dr. João Cruz ser deputado da Assembleia Municipal e simultâneo ser proprietário do jornal. Disse que têm o direito constitucional à liberdade de informação e propaganda. Disse que a CDU não discordando da ideia de base de encontrar locais e de os pôr ao serviço das forças políticas fora de campanhas eleitorais.

O deputado **Aníbal Curto** solicitou que fosse feita uma limpeza aos topos do parque da cerca e a definição da utilização daqueles espaços. Sugeriu que fossem visitar as obras de saneamento na zona industrial porque havia muitas placas de sinalização de ruas deitadas abaixo, recomendando à Câmara a sua reposição.

O deputado **João Cruz** relativamente à intervenção do deputado Saul Fragata disse que uma mentira muitas vezes dita torna-se verdade, esclareceu que o jornal tem dois proprietários, ele e o António José Ferreira, sendo este o Director compete-lhe definir a política editorial do jornal e nessa parte não intervém, podendo concordar ou não. Lembrou que já foi dito por várias vezes até pelo Sr. Presidente da Câmara que o jornal pertencia ao PS, sendo uma falta de honestidade intelectual porque há um deputado que está como independente eleito nas listas do PS que é sócio de um jornal. Informou que caso não concordem com a política editorial se devem queixar ao Director exercendo o direito de resposta que está consagrado na lei, ou à entidade reguladora, e depois terão a devida resposta e o cumprimento das sanções que o jornal tiver a incorrer. Salientou que esta acusação era recorrente, porque mesmo no anterior executivo PS o Presidente da Câmara Sr. Álvaro Orfão colocou um processo-crime contra o António José Ferreira e um processo contra o jornal da Marinha Grande. Parece que o jornal está sempre ao serviço de outra força política menos daquela que está no Poder. Curiosamente o que um director escreve no seu editorial é a posição pessoal dele e a linha do próprio jornal em que comenta as principais notícias que o jornal trás. Apelou para que futuramente evitassem referir-se ao jornal da Marinha Grande como sendo um jornal do PS, porque ele é um jornal, de todas as forças políticas e de todas as pessoas que queiram escrever, desde que seja dentro dos limites admissíveis.

O deputado **Saul Fragata** disse que até pode ser uma coincidência mas não muda o fundo da questão. Porque há coincidências estranhas que podem ser só coincidências. Referiu que o deputado Telmo Ferraz teve o atrevimento de fazer um artigo de opinião dizendo que o ano de 2005 foi o mais baixo de sempre e assacou isso à CDU. Realmente tinha razão foi o mais baixo, mas é desonestidade intelectual dizer que o ano

2005 é da responsabilidade da gestão da CDU, e o jornal amplia e diz a mesma coisa, o editorialista pega na notícia e faz a mesma coisa. Se houvesse honestidade intelectual, quando enviou a nota a desmistificar a notícia, o jornal deveria ter pegado nela e desmontado a situação e ninguém fez nada.

Realçou que o jornal da Marinha Grande também aliou desde o início na posição do PS em relação ao alarmismo sobre o SAP. O seu editorial num role de responsabilização da Câmara Municipal culpa o Presidente da Câmara na eminência do encerramento do SAP. Disse que isto demonstra falta de honestidade, seriedade e não é política é apenas banha da cobra.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que a CDU pode fazer a apreciação a qualquer órgão de informação, mas nos lugares próprios. Salientou que não era correcto estar numa Assembleia a discutir a circunstância de um proprietário do jornal ser um deputado do PS, existem outros meios para o fazer.

Sugeriu que se a Câmara pudesse fazer uma intervenção de modo que o Centro de Saúde tivesse uma outra cara seria mais fácil de resolver este problema.

Disse concordar com o que o deputado Saul Fragata em relação ao direito constitucional à informação, porque os partidos e os cidadãos têm direito à liberdade de expressão mesmo fora das campanhas eleitorais, excepto nos monumentos, sítios preservados, afectar o trânsito, etc. Informou que o cartaz eleitoral depois das eleições deve ser retirado, mas o acordo que a Câmara fez não pode limitar o livre exercício do direito à informação por parte dos partidos e dos cidadãos.

O **Presidente da Câmara** solicitou ao Vereador Artur de Oliveira para responder a alguns questões de sua competência.

Da parte da Câmara o Vereador **Artur de Oliveira** em resposta ao deputado Fernando Alves disse-lhe que no estacionamento dos táxis junto ao Atrium, muitas vezes havia pessoas que estacionavam nessa zona e constantemente estavam a ser multadas pela polícia, e algumas pessoas que frequentam o Atrium manifestaram que deveriam ser retirados esses lugares daquele local. Em colaboração com o comandante da polícia e com os taxistas e a sua própria Associação resolveram em passa-los para o lado. Em relação à vedação do estádio já estava em projecto a sua reabilitação.

Quanto à manutenção da relva informou que existia um problema da parte eléctrica que deixou de funcionar e o fornecedor teve alguma dificuldade em reparar. Entretanto teve que se fazer regas manuais e isso não era um facto inédito, porque em tempos as relvas foram recuperadas e neste momento já estavam a voltar novamente à sua situação normal.

Informou o deputado José Rodrigues que estava previsto meter torneiras redutoras e que brevemente esse problema ficará resolvido. Em nome da Câmara e como responsável pelo pelouro, pediu desculpa aos moradores daquela zona que têm tido problemas de falta de água. Em relação à Vieira de Leiria estavam neste momento a fazer um inventário de todas as necessidades de arruamentos e passeios para integrar no próximo plano de actividades melhorando algumas ruas. Disse que a Câmara para o próximo ano irá discutir quais as ruas prioritárias.

Relativamente aos topos no parque da Cerca que o deputado Pedro Silva falou, naquela zona a relva tem sido limpa, só que cresce com relativa facilidade e como tem seixos por baixo as máquinas nem sempre lá podem andar, tem que ser um trabalho quase manual e dessa forma não é fácil.

Disse ao deputado João Cruz que era preocupante ver cerca de 700 mil euros de obra executada em termos daquilo que estava planificado, mas tranquilizou-o que eram apenas verbas aprovadas para pagamento. Porque entretanto havia muitas obras em curso que ainda não tinham os autos de medição e se não fosse assim não estariam com tantas dificuldades em arranjar verbas para outras ruas, porque constantemente se viam confrontados com falta de dinheiro para lançar mais obras.

Disse ao deputado Telmo Ferraz que os serviços ainda não deram solução ao problema da reposição dos postes na pista Atlântica dado que foram atacados com cimento à volta e estava difícil de coloca-los novamente. Relativamente aos que foram colocados à entrada de S. Pedro foi porque era uma empreitada própria daquela zona e estava implícito a aplicação.

Informou que houve da parte dos serviços uma desatenção em relação aos terrenos do vale de S. Pedro, fizeram as medições segundo as inscrições das matrizes de cada terreno, verificando-se que havia uma faixa que não se sabia a quem pertencia e era uma área ainda substancial. Fizeram uma pesquisa sobre os proprietários e verificaram que havia uma pessoa que faleceu e os familiares até à data ainda não apareceram e uma outra senhora que dizia ser proprietária de um terreno. Logo que tudo estiver resolvido vão tratar das desapropriações para se poder avançar com as obras.

Em relação à retirada dos painéis ainda não tiveram pessoal disponível para esse serviço. Informou que neste momento existe um plano de localização para futuras colocações de propaganda, não tendo contactado os deputados porque queria primeiro retirar os existentes e depois pôr à apreciação as localizações que não afectem o trânsito, mas não havia imposição sua nem da Câmara. Chamou a atenção que a maior parte das propagandas que estavam junto do estádio municipal não têm licença.

No respeitante à zona da Comeira em relação ao trânsito disse que foi confrontado com moradores de Picassinos que estavam constantemente a serem multados e para evitar isso os moradores pediram para se criar zonas de estacionamento. Neste sentido consultou o comandante da PSP e a possibilidade era de criar vias de sentido único, colocaram-se placas e estiveram lá algum tempo sem estarem a serem utilizadas porque havia duas ruas principais que estavam em obras e não podiam implementar esses circuitos sem que as obras estivessem concluídas.

Quanto à intervenção do deputado Osvaldo Castro sobre o SAP e o Centro de Saúde informou-o que no ano passado fez-se uma limpeza naquela zona, e já voltou a dar ordem para fazerem outra vez, não foi suficiente porque entretanto o problema das limpezas das praias e outros serviços ocuparam o pessoal e efectivamente não foi possível chegar a todo lado, mas tomou a devida nota, para logo que seja possível melhorar ainda mais a limpeza daquela zona.

O Presidente da Câmara acrescentou que foram reparar o arruamento no centro de saúde.

Informou que tinha decidido retirar o autocarro do local, mas os dirigentes utentes pediram para lá se manter, propondo pintá-lo, o assunto estava a ser apreciado.

Relativamente à questão do deputado Pedro Silva a Câmara não aderiu por completo à Simlis porque estava dependente do que viesse do QREN e o avançar para outra fase da negociação dependia muito da informação que sair.

Referiu que o deputado trouxe alguns dados estatísticos que não coincidiam com os que lhe foram apresentados pelos técnicos. Em relação à água não aderiram porque tinham recursos, e não estavam em causa pelo menos nestas décadas mais próximas segundo os técnicos.

Referiu que a Simlis nesta situação já demonstrou não ser séria, e apesar de tudo a Marinha Grande continua a ser no distrito a que tem maior cobertura de saneamento. A Simlis quer-se apoiar muito na rentabilidade de explorar aqui no concelho, porque sabem se a Marinha Grande não aderir dificilmente terá rentabilidade no investimento que fez. Mas também não há garantia nenhuma que se aderirem tal como a Simlis quer que se faça logo nos três anos. Disse estarem atentos, procurando minimizar os custos dos acordos que fizeram mal feitos e estavam a pesar no orçamento dos consumidores e utilizadores desses serviços, não tomaram atitudes de reversão nem se balançaram tal como outros porque enquanto não tiverem garantias de que eles vão corresponder aos interesses da população não avançam.

Disse que os membros do Governo têm garantido que todos os projectos das Câmaras serão apoiados da mesma maneira que os projectos das multimunicipais ou empresas privadas. Referiu que era pertinente e que ajuda muito as informações, sugestões e críticas do deputado Pedro Silva porque alerta para alguns aspectos que iram ponderar e considerar nas negociações.

Informou o deputado João Cruz que os fundos apresentados em 15 de Junho era as verbas que tinha, hoje já são outras, o saldo em caixa é de 2 mil 306 mil euros, depósitos à ordem 1 milhão 208 mil 239 euros, mantém-se o saldo em depósitos a prazo e operações em tesouraria são ligeiramente superiores. Salientou que a dívida a fornecedor baixou significativamente, dado que os valores de caixa estavam cabimentadas para obras adjudicadas, e terão que ter os cabimentos para fazer as adjudicações e aproveitarem para tirar rentabilidade dessas disponibilidades que não são imediatamente exigidas.

Referiu que os projectos apresentados à AMLEI não foram apresentados nem por esta Câmara nem por nenhuma outra que está integrada na Associação porque ainda não sabem quais são os prioritários.

Em relação à questão da Marividros a Câmara defendeu legalmente os interesses dos investidores, de quem quis pôr a empresa a trabalhar conforme o objectivo que estava consignado na cláusula.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para dizer que a solução encontrada finalmente era uma solução interessante. Questionou se o investidor não poderia ter colocado o problema à Câmara logo que foi encontrado.

O **Presidente da Câmara** respondeu que o banco alterou o seu comportamento em relação aos financiamentos por uma questão de rentabilidade nas operações que faz e pela segurança. Questionou se queriam que a Câmara nunca mais conseguisse controlar a questão daqueles terrenos, pertencem à Câmara porque fez as infra estruturas e as vendeu por um preço inferior a metade pela utilização.

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** anunciou que ia passar a palavra ao público presente, dispondo de 5 minutos cada.

O Sr. **Armando Cruz Ferreira** informou que nesta Assembleia ia encabeçar um abaixo-assinado para a despoluição do rio Lis que vai ser presente na Marinha Grande, Vieira de Leiria, Milagres e Praia da Vieira. Salientou que o rio Lis não deve ser uma ETAR, deverá ser um caudal de água límpida como antigamente era onde se bebia água e criavam peixes.

Apelou para a não existência de semáforos na praia de Vieira de Leiria. Solicitou que colocassem espelhos no cruzamento da rua 25 de Abril com a rua dos vidreiros e na rua do litoral.

Referiu que na festa de abertura balnear existiram algumas tasquinhas das diversas associações e não viu a tasquinha da biblioteca popular da praia da Vieira. Questionou se foram enviados convites para todas as Associações. Congratulou-se com a grande ideia da Câmara Municipal da Marinha Grande ter feito a venda da sardinha a quem quisesse comer dando o benefício às associações que de facto necessitavam.

Solicitou que o depósito de água na praia de Vieira de Leiria fosse elevado, dado que existiam muitas habitações em que os esquentadores não forneciam água quente devido à pouca pressão. Salientou que para o bom turismo teria que haver um bom ambiente e condicionamento das coisas. Alertou para a limpeza nos terrenos da lagoa da praia da Vieira porque existe lá uma escola dando um mau exemplo às crianças.

O **Presidente da Câmara** disse que apoiavam o abaixo-assinado e iria assiná-lo, e a sinalização ia ser colocada o mais rapidamente possível. Agradeceu as palavras dirigidas à iniciativa da festa balnear. Informou que enviaram convites também para as bibliotecas. Esclareceu que fizeram um primeiro furo que apareceu muito ferro, não podendo ser aproveitado mas já estavam a fazer outro para resolver esta questão.

O Vereador **João Pedrosa** agradeceu as palavras de elogio do Sr. Armando Ferreira ao novo formato da abertura da época balneária, pensaram fazer algo de novo que dignificasse um pouco mais aquela festa. Disse que assumia toda a responsabilidade das entidades que não foram convidadas, a única razão para não as convidar foi simplesmente porque o local escolhido não dava para todas as colectividades. Acrescentou que única opção era continuar como estava ou fazer um formato diferente e aí teria que deixar algumas de fora. Salientou que futuramente ou terão que ficar essas ou outras de fora ou então mudar para um local maior onde possam ficar todas instaladas.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pela uma hora e quarenta e cinco minutos, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1ª Secretária

O 2º Secretário